

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

SC mobilizada contra a violência no trânsito

Na Semana Nacional do Trânsito, comemorada de 18 a 25 de setembro, jovens são alvo de campanha do Contran para reduzir mortes



Carlos Kilian

As estatísticas oficiais apontam a morte de 5,2 pessoas diariamente no trânsito em Santa Catarina. No Brasil, a cada 11 minutos alguém é vítima da mesma violência. Todos os anos, são 50 mil que perdem a vida nestas circunstâncias no país. Um retrato que se potencializa com o consumo exagerado de bebidas alcoólicas. O Detran/SC, a cada dia, flagra cinco pessoas dirigindo em estado de embriaguez.

Página 5, 6 e 7

APROVADO

Doadores de sangue terão direito à meia-entrada em eventos de lazer

Página 10

Audiência pública debate fundo para ensino superior

Página 3

Absolvição de Renan repercute em Plenário

Página 11

Secretários afirmam que repasse do artigo 170 será normalizado até final do ano

Jonas Lemos Campos



Sérgio Alves e Paulo Bauer esclarecem dúvidas sobre bolsas de estudo

A garantia foi dada por Paulo Bauer (Educação) e Sérgio Alves (Fazenda) em reunião, dia 12, com deputados das Comissões de Finanças e Tributação e de Educação. Os secretários estaduais foram convidados a prestar esclarecimentos sobre o atraso no repasse dos recursos destinados a bolsas de estudos para alunos com dificuldades financeiras.

Página 8

Parlasul define ações de trabalho

Jonas Lemos Campos



Página 11

OPINIÃO

Pedágio não!

A Assembléia Legislativa aprovou na semana passada uma moção da Bancada do Partido dos Trabalhadores contrária à instalação de pedágios nas rodovias federais de Santa Catarina. O documento foi enviado ao presidente Lula e ao Ministério dos Transportes, manifestando o descontentamento dos petistas com o leilão marcado para o dia 9 de outubro, que cederá à exploração da iniciativa privada trechos das BRs 101 e 116.

O Partido dos Trabalhadores historicamente tem se posicionado contrário a qualquer iniciativa que leve à privatização daquilo que é público. Enquanto bancada, somos fiéis àquilo que historicamente defendemos, por isso não queremos o leilão das rodovias. Junto com o PT catarinense promoveremos uma mobilização da sociedade - entidades, população e movimentos sociais - para tentar sensibilizar o

governo federal a reverter o processo em curso.

Além de onerar o cidadão e, conseqüentemente, toda a cadeia produtiva, a implantação de pedágios em Santa Catarina é desnecessária, uma vez que todas as rodovias federais estão cobertas por contratos de recuperação ou de manutenção e restauração. Também não vemos razão para entregar à exploração da iniciativa privada o trecho de uma rodovia que foi duplicado às custas do poder público, como é o caso da BR-101.

Ao analisar o processo de licitação das rodovias, aberto pelo Ministério dos Transportes, constatamos também que os editais dão muita autonomia para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que será responsável pela administração e fiscalização dos contratos. Todos conhecemos a for-

ma como as agências reguladoras foram criadas no Brasil e sabemos que elas não possuem uma visão de Estado. Basta observar os episódios recentes da crise aérea, que envolveram a Agência Nacional de Aviação Civil. E o mais grave é que os editais estabelecem que as contrapartidas (implantação de ruas laterais, contornos, passarelas e outras melhorias) podem ser revistas, a critério da ANTT, o que é simplesmente absurdo.

É preciso esclarecer ainda que não vemos conflito no fato de sermos contrários a uma decisão do governo federal, porque o governo não é composto apenas pelo PT. E os petistas sempre tiveram como objetivo primordial zelar pelos interesses da maioria da população e pela preservação do Estado.

Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)

Os 94 anos do ilustre Willy Alfredo Zumblick

Segundo uma lenda, há muito tempo, lá do outro lado do Atlântico, existiu um jovem muito vaidoso e bonito. Tão bonito que desejou se manter assim para sempre. Teve então a idéia de contratar um pintor para fazer seu retrato. O quadro ficou excelente. Espargia a beleza do jovem, na plenitude de seus vinte e poucos anos. Assim que pendurado na parede, um misterioso fenômeno aconteceu: enquanto o retratado preservava sua beleza e jovialidade, o quadro envelhecia por ele.

Não obstante ser o mais festejado e importante pintor catarinense dos últimos tempos, o tubaronense Willy Alfredo Zumblick, que produziu dezenas de retratos, não ousou fazer o dele próprio para que assumisse o seu envelhecimento. Assim, sem ostentar mais aquele porte de deus grego de antigamente e já fragilizado pelo peso do tempo, neste 26 de setembro, vai completar 94 anos, dos quais 75 dedicou à arte. Por expressa proibição médica, já que a toxicidade das tintas prejudi-

cava seu organismo, Willy deixou de pintar no ano 2000.

Embora se banalizou divulgar que teria produzido cerca de cinco mil obras, ninguém sabe ao certo quantas foram. Nem ele próprio, conforme confessou. Nelas, o versátil Zumblick registrou, como ninguém, nossas tradições, nosso folclore, nossa religiosidade, nossa história, nossa gente. É o pintor das Bandeiras do Divino, como também da República Juliana (Anita e Garibaldi), do Contestado, dos Monges, do rio seco, de um sem-número de exuberantes paisagens.

Quem quiser encantar-se com suas notáveis criações poderá fazê-lo em Tubarão, onde nasceu e sempre morou, no Museu Willy Zumblick e no Museu da Unisul. Neles estão expostas, em caráter permanente, mais de uma centena de telas. As demais obras do artista, isto é, a esmagadora maioria, infelizmente, está indisponível, inacessível, distante dos olhos do público porque se encontra em poder de

particulares: familiares, amigos, admiradores e colecionadores.

Contudo, dois projetos foram feitos para localizar, resgatar, fotografar e reunir tais obras. Um deles, já concluso, resultou no livro A ARTE DE ZUMBLICK, no qual constam 256 obras. O outro, ainda em andamento, objetiva editar um catálogo, um DVD e um site que registrem praticamente toda a produção do artista. Afinal, é o mínimo que se pode fazer para perpetuar a obra de quem foi eleito, pelo voto espontâneo da população, um dos vinte mais ilustres catarinenses do Século XX.

Afora sua genialidade como pintor e escultor, Willy Zumblick sempre foi zeloso chefe de família e cidadão exemplar, que se empenhava nos movimentos sociais e reivindicatórios de sua Tubarão. Por tudo o que você fez, Willy, por sua obra, por seu legado, por seu exemplo e, principalmente, por seus produtivos 94 anos, PARABÉNS!

Deputado Clésio Salvaro (PSDB)

Assembléia Legislativa recebe cônsul italiano

A Assembléia Legislativa recebeu, dia 11, a visita do cônsul da Itália para Santa Catarina e Paraná, Ricardo Battisti, que está em viagem pelo estado e que também se encontrou com o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

De acordo com o diplomata, sua vinda é uma grande oportunidade para encontrar políticos e autoridades interessados em celebrar um acordo entre os dois mundos.

“É muito forte a presença italiana nesta parte do Brasil”, destacou Battisti, que disse ter a pretensão

de voltar em breve para falar com o secretário de Educação, Paulo Bauer, com o propósito de encontrar soluções para os problemas do ensino da língua italiana nas instituições do Estado.

“Estamos dialogando no que diz respeito à cerâmica, pesca e gastronomia”, observou Décio Góes (PT), presidente do Fórum Parlamentar Ítalo-brasileiro.

Também presente ao encontro Gianluca Cantoni, presidente do Comitato Degli Italiani All’Estero (Comites).

Secretaria Nacional da Juventude

A Assembléia Legislativa recebeu, dia 13, a visita de integrantes da Secretaria Nacional da Juventude para tornar pública a realização de conferências nacionais e estaduais sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem.

O objetivo da visita é contar

com o apoio dos parlamentares na mobilização da juventude estadual, para o lançamento do ProJovem.

A conferência nacional irá mobilizar cerca de 300 mil jovens, e as estaduais, de três a cinco mil. A nacional acontecerá em Brasília, de 27 a 30 de abril de 2008. Em Santa Catarina, a data ainda será definida.

[AGENDA]

- **17 de setembro, 19 horas:** Sessão solene em homenagem à Federação Catarinense de Futebol de Salão – 50 anos
Local: Plenário Osni Régis
- **18 de setembro, 9 horas:** Comissão de Saúde – Audiência pública “Regulamentação de comercialização de produtos farmacêuticos pelas farmácias e drogarias”
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **18 de setembro, 19 horas:** Sessão solene de concessão de título de cidadão catarinense a Marco Tebaldi
Local: Plenário Osni Régis
- **19 de setembro, 19 horas:** Comissão de Turismo – Audiência pública “Florianópolis tendo o Sapiens Parque como projeto piloto de Desenvolvimento Regional”
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **20 de setembro, 18 horas:** Comissão de Transportes – Audiência pública “Debater o destino do terreno da Cohab”
Local: Bairro Monte Cristo, Florianópolis

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaiane Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Parlamentares e profissionais do ensino discutem o Fundo Estadual de Desenvolvimento do Ensino Superior, destacando o veto do governo que reitrou 30% dos recursos a ele destinados

Audiência pública debate ensino superior em SC

Deputados e sociedade avaliam criação de fundo de apoio, previsto no artigo 171 da Constituição Estadual

Audiência pública debateu, dia 10, o artigo 171 da Constituição Estadual e o Projeto de Lei Complementar nº 375/07, que cria o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior em Santa Catarina, com recursos estimados em R\$ 40 milhões por ano. O encontro, no auditório Deputada Antonieta de Barros, debateu a regulamentação do fundo, dando ênfase ao veto parcial do Executivo à lei, que retirou 30% dos recursos destinados a ele. Com este veto, a lei definiu o destino de apenas 70% de seus recursos - 30% para o ensino de graduação, 20% para a pós-graduação e 20% para bolsas de pesquisa.

A questão central da audiência foi o que fazer com os 30% da verba restante, desde que haja acordo com o Executivo. Após avaliar os quatro projetos que tratam do artigo 171, ficou decidido que será pedido ao governo que o fundo destine 10% para a Udesc e 20% sejam bolsas de aperfeiçoamento para docentes. Os recursos para o fundo serão formados por 2% dos recursos concedidos pelo Estado a título de incentivos financeiros e fiscais e 1% do valor do contrato de pesquisa firmado com órgão ou empresa da administração pública direta, autárquica ou fundacional.

Parlamentares, estudantes e

profissionais de ensino compuseram a mesa. Entre eles, os deputados Pedro Uczai (PT), autor da proposição da audiência, Darci de Matos (DEM), Professor Grandó (PPS); João Henrique Blasi (PMDB), relator do projeto; Herneus de Nadal (PMDB), autor do projeto; Sebastião Salésio Herdt, vice-reitor da Unisul; Anselmo Moraes, reitor da Udesc; Gilberto Agnolin, reitor da Unochapecó; José Provesi, reitor da Univali; Viegand Eger, reitor da Unidavi; Aristides Cimadon, reitor da Unoesc; e Gilberto Sá, reitor da Uniplac.

Uczai destacou a importância da audiência para viabilizar o Fundo Estadual de Desenvolvimento do Ensino Superior. Para ele, os 30% dos recursos vetados devem ser divididos em 20% para bolsas de estudo para alunos de licenciatura e 10% para expandir a Udesc. Considerou o debate uma iniciativa democrática para discutir os rumos da educação superior do Estado, já que existem diferentes posições sobre a regulamentação do artigo 171.

Projetos

Há quatro projetos de origem parlamentar que tratam do artigo 171, entre eles o de Uczai, do deputado Gelson Merísio (DEM), que destina 30% para interiorização da

Udesc; o do deputado Elizeu Mattos (PMDB), destinando os recursos para bolsas de estudo a instituições de ensino credenciadas, e do deputado Herneus de Nadal, que, dos 30%, destina 20% de forma igualitária às instituições credenciadas.

Conforme Nadal, os recursos arrecadados pelo Programa de Inclusão Universitária vão servir para a compra de vagas para alunos carentes que cursaram o ensino médio em escola pública ou em instituição privada com bolsa integral e que residam há dois anos no estado, matriculados em cursos presenciais de nível superior nas universidades comunitárias e privadas credenciadas e com sede no estado.

Para o presidente da União Catarinense dos Estudantes (UCE), Tiago Andrino, devem ser utilizados do artigo 171 da seguinte maneira: 20% para pesquisa e extensão, 20% para mestrado e doutorado, 30% para bolsas de estudo de todas as áreas, 20% para licenciaturas e 10% para Udesc.

A diretora de educação superior da Secretaria da Educação, Mariléia Lopes, defende que sejam destinados 20% para bolsas de pesquisa e extensão, 20% para bolsas de mestrado e doutorado, 30% para bolsas de alunos carentes e 30% para a preparação de futuros professores.

Reitor defende investimento real

A cota de 10% destinada à Udesc foi o ponto mais debatido na audiência. De acordo com o reitor Anselmo Fábio Moraes, a discussão sobre o artigo 171 é muito mais filosófica do que a simples divisão do bolo. "Estamos aqui discutindo quem deve ficar com quanto e estamos esquecendo do mais importante que é investir na educação de forma real", observou. Anselmo defendeu maior investimento nas universidades públicas.

A presidente eleita da UCE, Clarice Peixoto, concordou com o reitor sobre a partilha e afirmou que é necessário que se garantam mais recursos para o ensino superior. "Santa Catarina é o estado que menos oferece vagas públicas. Pre-

cisamos lutar pela Udesc e garantir que mais pessoas possam ingressar no ensino superior", disse.

Preocupado com quem vai gerar o Fundo, o secretário geral da UCE, Alisson Micoski, disse que é preciso primeiro garantir que os recursos cheguem aos estudantes. "O Artigo 170 já vem a conta-gotas e provoca muita angústia aos estudantes. É preciso que a Secretaria de Educação tome as rédeas da situação e controle esse fundo para que não ocorra o atraso dos pagamentos das parcelas, como ocorre com o artigo 170."

Outra diretora da UCE, André Costa, defendeu o ensino superior como indutor do desenvolvimento do Estado. "

Acafe quer maior fatia do bolo

O presidente do Sistema Acafe, Antônio Milioli Filho, defendeu que a maior parte dos recursos seja destinada à Acafe. Segundo ele, com o dinheiro que a Udesc gasta com 10 mil estudantes o sistema consegue financiar 53 mil.

As universidades do sistema estão em 77 municípios; todos os campi têm bibliotecas e laboratórios de informática "Se a Udesc se expandir nesses locais, o Estado gastará R\$ 100 milhões. Além disso, ela tem que crescer

e se qualificar", observou. Milioli Filho defendeu que 10% dos recursos vetados fiquem para a Udesc e os outros 20% sejam destinados à licenciatura.

Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, da UFSC, destacou a importância de discutir os 30% vetados pelo governo, sem se esquecer que as universidades particulares têm como objetivo o lucro. "Esses recursos deveriam ser aplicados em bolsas para os alunos pobres que estudam em universidades gratuitas."

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Herneus de Nadal (PMDB)

“Queremos melhorar a vida de nossos filhos, garantindo acesso à educação”

Deputado fala da missão de presidir o Fórum Permanente de Interiorização e Expansão do Ensino Superior, lutando por um tratamento menos desigual do governo federal na expansão das universidades

Rodrigo Viegas

AL Notícias - Qual a finalidade do Fórum Permanente de Interiorização e Expansão do Ensino Superior?

Herneus de Nadal - Santa Catarina tem um modelo na área de ensino superior que serve de exemplo para o país, que são as nossas universidades comunitárias, aquelas criadas por lei municipal. Além delas nós temos, como em todo país, as universidades particulares. Agora, quando se faz referência ao ensino público nós temos a Udesc, que está descentralizada em várias partes do nosso Estado. Ela está no lugar mais distante, que é Palmitos, lá no Extremo-Oeste, depois também em Pinhalzinho, Chapecó,

São Bento do Sul, Laguna, Ibirama, e também há muitos anos em Lages, Joinville e Florianópolis. A universidade do Estado está em sintonia com o processo de gestão adotado pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que é a descentralização. Por outro lado, a Universidade Federal está concentrada em Florianópolis; nós há 50 anos temos um único campus da UFSC, na Capital, contrariando a regra de outros estados que têm inúmeras universidades: o Rio Grande do Sul está com cinco e vai para a sexta; Minas Gerais tem 12 e o Paraná está com três ou quatro. Então o objetivo do Fórum é, através das reuniões que realiza, elaborar um documento que seja uma peça reivindicatória em favor de Santa

Catarina, para que o governo federal, a quem cabe a responsabilidade do ensino superior, invista mais no estado e elabore parcerias com nossas universidades comunitárias aqui existentes e também crie cursos técnicos profissionalizantes no Estado. Nosso Fórum é suprapartidário, não tem característica deste ou daquele partido, e objetiva mobilizar todas as forças de Santa Catarina para melhorar a vida de nossos filhos, que precisam de acesso à educação.

AL Notícias - Porque existe esta disparidade entre Paraná e Rio Grande do Sul, que dispõem de universidades federais em grande número, e Santa Catarina, que tem apenas uma?

Nadal - Acredito que é falta de força política. Mesmo agora que temos um presidente da República que é sensível aos problemas educacionais, Santa Catarina continua sem ter nenhum atendimento. Aliás, já foi anunciada a criação da universidade em Chapecó e agora se anuncia no Sul do Estado e no Norte, mas na verdade de concreto até o presente momento não temos nada. Sequer as correspondências que o Fórum encaminhou ao Ministério da Educação foram respondidas, então me parece que esta também é outra manifestação de falta de atenção para com Santa Catarina, que não vem de agora, vem de 50 anos. Queremos um tratamento menos desigual, por isso nossa movimentação.

AL Notícias - Como ampliar a gratuidade?

Nadal - Temos mais de 50 mil vagas que não são preenchidas, tanto nas universidades comunitárias como nas particulares. Temos, a meu ver, duas categorias de alunos: os alunos que trabalham durante o dia e que à noite vão para o curso de graduação e pagam a mensalidade e temos os alunos que freqüentam a UFSC, que tem um orçamento de R\$ 500 milhões, e que recebem a gratuidade. Destes, com exceção



Eduardo Guedes de Oliveira

à regra em torno de 5%, são pessoas com condições de pagar a mensalidade. Os alunos que trabalham pagam a sua mensalidade e, como contribuintes da União, custeiam a gratuidade dos alunos da Federal. Porque a gratuidade é para quem estuda, mas a população paga esta conta. Nós queremos mais investimento do governo federal no ensino superior em Santa Catarina. Queremos um parceiro, queremos promover a inclusão universitária, para que estas 50 mil vagas possam ser preenchidas. Não o são porque os alunos não têm como pagar. Não resolve viabilizar uma estrutura de milhões e criar 400 vagas, principalmente criar universidade do Mercosul para atender três estados, atender 400 municípios. Só em Santa Catarina são 293. Merecemos mais que isso. Queremos mais cursos com gratuidade, para oferecer aos alunos que não têm condição de pagar.

AL Notícias - Como o deputado avalia o projeto de lei, de sua autoria, que regulamenta

o artigo 171 da Constituição Estadual e institui o Programa de Inclusão Universitária?

Nadal - Queremos encaminhar recursos para bolsas de estudos para alunos carentes, destinando-os de forma uniforme.

AL Notícias - Como a interiorização pode contribuir para o desenvolvimento das regiões?

Nadal - Temos um problema gravíssimo com relação à centralização do ensino superior federal em Santa Catarina e, para que mudemos este quadro, é necessário discutir com a comunidade acadêmica e com a população quais as saídas e quais os investimentos que devem ser feitos em nosso estado. Se tivermos condição de firmarmos parcerias, onde não seja preciso construir mais uma estrutura administrativa e sim conseguirmos juntar as instituições e trabalharmos os recursos, verbas do governo do Estado provenientes do artigo 170 e a contribuição do PróUne, aí sim vamos promover uma verdadeira inclusão universitária.

Saiba mais

Nome: Herneus João de Nadal

Representação Política: Oeste e Extremo-Oeste

Formação: Direito

Comissões que atua: Comissão de Legislação Participativa e Comissão de Segurança Pública

Prefeito de Caibi entre 1983 e 1988

Legislaturas na Assembléia:

12ª (1991 - 1995)

13ª (1995 - 1999)

14ª (1999 - 2003)

15ª (2003 - 2007)

16ª (2007 - 2011) – eleito com 72.093 votos, a maior votação concedida a um deputado na história da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Fórum Permanente de Interiorização e Expansão do Ensino Superior

Santa Catarina tem a maior taxa de ensino médio do país, proporcional à população, e só duas universidades públicas: a UFSC e a UDESC. Sobram vagas no ensino superior privado, mas que a grande maioria dos alunos está fora do ensino superior por exclusão social. O Estado, embora tenha uma grande cobertura do ensino superior, pela presença de universidades comunitárias, e uma grande oferta de vagas, carece de um maior número de vagas públicas federais. Observa-se que alunos de todas as partes do estado se deslocam para estudar na Capital, onde se localiza a UFSC. O Fórum Permanente de Interiorização e Expansão do Ensino Superior debate e avalia estes e outros temas referentes à melhoria nas condições do ensino superior em Santa Catarina. Já foram realizadas reuniões em Brusque, Chapecó e Florianópolis e estão agendadas as próximas em Blumenau, Canoinhas, Itapiranga e São Miguel do Oeste.

ESPECIAL

Uma morte no trânsito a cada 11 minutos

Eduardo Guedes de Oliveira



No Brasil, cerca de 50 mil pessoas por ano perdem a vida no trânsito, um número 140 vezes maior que o de vítimas nos recentes acidentes aéreos

Na Semana Nacional do Trânsito, que vai de 18 a 25 de setembro, um balanço das tragédias que engordam as estatísticas. Em Santa Catarina, há uma média de 5,2 óbitos por dia, com predominância de jovens. A Organização Mundial da Saúde afirma que a cada ano morrem 1 milhão de pessoas

Andréa Leonora

Todos os anos, cerca de 50 mil pessoas morrem no Brasil vítimas de acidentes de trânsito. Um óbito a cada 11 minutos. Ou seja, mais de 140 vezes o número total de vítimas dos dois desastres aéreos que recentemente abalaram o país, os vôos Gol 1907 e TAM 3054.

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran), seguindo as diretrizes internacionais proclamadas para 2007 pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), elegeu este ano como tema da Semana Nacional de Trânsito, no período de 18 a 25 de setembro, "Jovem:

Paz e Amor no Trânsito".

Eles, os jovens, são considerados mais vulneráveis ao risco de acidentes de trânsito. Como pedestres, ciclistas, motociclistas, motoristas ou passageiros, movidos pelas emoções típicas dessa faixa de idade, eles acirram a necessidade de auto-afirmação e a busca por sensações intensas, o que explica, por exemplo, a realização dos conhecidos – e temidos – "rachas".

Bebidas

Tudo fica potencialmente arriscado com um ingrediente a mais: o consumo exagerado de bebidas alcoólicas. O Anuário Estatístico do Detran/SC comprova o problema. A cada dia, cinco pes-

soas são flagradas dirigindo em estado de embriaguez. E é certo que, havendo maior fiscalização, haverá também um aumento neste tipo de flagrante.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou, em 2005, 316 detenções por embriaguez no estado. Em 2006, foram 458 casos e, este ano, até o início de setembro, haviam sido registradas 410 ocorrências deste tipo. Já a Polícia Militar Rodoviária de Santa Catarina (PMRV) deteve 251 condutores embriagados em 2005, outros 266 no ano passado e, até o mês de julho de 2007, a perigosa fórmula álcool e direção foi confirmada em 150 casos.

Dados desse tipo apenas comprovam o que já se sabe pela prática. Um relatório desenvolvido

pela OMS e divulgado na Primeira Semana Mundial das Nações Unidas de Segurança no Trânsito, realizada em abril, em Brasília, informa que, no mundo, os acidentes de trânsito se tornaram a principal causa de morte entre jovens de 10 a 24 anos. Entre todos os países, o número de acidentes chega a 50 milhões e o de mortes passa de 1 milhão por ano, sendo que 400 mil são jovens.

O mesmo estudo, ao tratar do Brasil, diz que o prejuízo anual do país é estimado em US\$ 22 bilhões, valor que, no mundo, chega a US\$ 518 bilhões. O Banco Mundial projeta que nos próximos 20 anos as perdas no trânsito podem superar o número de mortos pela malária e pela tuberculose.

Confira programação*

Dia 18 (terça-feira)

9h30min - Abertura oficial, com comando educativo
Local: Posto Polícia Militar Rodoviária do Estado – Posto da SC 401 - Ratonnes, Florianópolis
19h30min – Visita à Faculdade Energia, em Florianópolis

Dia 19 (quarta-feira)

9h30min – Comando educativo
Local: Avenida Lédio João Martins, São José
19h30min – Visita à Faculdade USJ

Dia 20 (quinta-feira)

9h30min - Comando educativo
Local: Koxixo's Bar, Beira Mar Norte, Florianópolis
19h30min – Visita à Unisul, campus Pedra Branca, Palhoça

Dia 21 (sexta-feira)

19h30min – Visita à Faculdade Estácio de Sá, em Barreiros, São José

Dia 24 (segunda-feira)

30min – Visita à Faculdade Decisão, em Florianópolis

Dia 25 (terça-feira)

19h30min – Visita à Faculdade Energia, em Florianópolis

* Ação da PRF, PMRV, Detran/SC, Sest/Senat e Guarda Municipal de Florianópolis

Uma 'epidemia' que custa caro para o SUS

A Secretaria de Estado da Saúde talvez seja o órgão público que detenha o maior número de informações sobre vítimas do trânsito em Santa Catarina. Isto porque recebe dados sobre todas as ocorrências que envolvam feridos e mortos nas rodovias - estaduais e federais -, e nas áreas urbanas dos municípios.

Assim, no período de janeiro a agosto de 2007, a secretaria registrou 906 mortes no trânsito, enquanto em todo o ano de 2006 foram 1.924 vítimas fatais. E uma média alarmante: 5,2 mortes no trânsito a cada dia.

Só o Hospital Regional de São José, na Grande Florianópolis, atendeu, no mesmo período, 2.994 acidentados com motocicletas. Foram 374 casos por mês

ou impressionantes 12 por dia, só neste hospital.

Mas qual é o custo das tragédias? Se forem consideradas apenas as Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), 2006 representou uma cifra de R\$ 4.464.900,85. Quase R\$ 4,5 milhões em 3.005 AIHs e 21,4 mil diárias. A situação mais crítica do estado foi observada em Tubarão (R\$ 1 milhão), seguida por Florianópolis (R\$ 923,9 mil), São José (635,4 mil), Itajaí (R\$ 479,2 mil) e Chapecó (R\$ 353,4 mil).

Em 2007, até o final de agosto, o gasto do SUS com acidentes de trânsito em Santa Catarina já somava R\$ 2.868.688,09, com 1.880 AIHs e 13.311 diárias. Florianópolis passou a liderar o ranking de

despesas, com R\$ 576,4 mil, vindo depois as cidades de Tubarão (R\$ 553,8 mil), São José (R\$ 378,1 mil), Itajaí (R\$ 308,3 mil) e Blumenau (R\$ 273,7 mil).

O deputado Antônio Aguiar (PMDB), que atua há 26 anos como médico, com especialização em ortopedia e traumatologia, coleciona na memória números da imprudência. Neste tempo, já fez mais de 20 mil cirurgias, das quais pelo menos 30% relacionadas com acidentes de trânsito. "É perceptível o aumento de casos de acidentes que chamamos de alta energia. São aqueles em que a velocidade estava muito acima do adequado. Os acidentes estão cada vez mais brutais", alerta. Ele conta que o SUS gasta, todos os anos, R\$ 52 milhões

com procedimentos na área de saúde motivados por desastres deste tipo. "Esta cifra recomenda que pensemos na prevenção, no aumento do cuidado e, principalmente, na consciência. A bebida, por exemplo, está associada a muitas tragédias que poderiam ter sido evitadas."

Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, o deputado Reno Caramori (PP) resume a situação do trânsito em Santa Catarina: "Não há qualquer respeito mútuo. Motoristas, caminhoneiros, motociclistas, ciclistas e pedestres parecem estar sempre numa disputa por espaço. Os jovens, mais arrojados em suas atitudes, são os que sofrem mais as conseqüências desse caos."

BR-101 ainda é a rodovia mais violenta do estado

Estrada que representa 20% da malha viária federal no estado e atravessa as principais cidades catarinenses é responsável por 50% dos acidentes registrados



Eduardo Guedes de Oliveira

Especialistas em trânsito dizem que o ideal seria que a "rodovia da morte" fosse reconstruída porque a duplicação aumenta chances de acidentes

Uma guerra traduzida em mortes e seqüelas

Os números das rodovias federais são apavorantes e mostram bem a guerra em que se transformou o trânsito em Santa Catarina. Em 1995, foram registrados 8.853 acidentes, com 710 mortos e 5.916 feridos. Passados 10 anos, em 2005, o número de acidentes cresceu quase 44%, chegando ao absurdo número de 12.727. O óbitos caíram para 543 e os feridos, cresceram para 8.316. Em 2006, mais um crescimento no número de acidentes - 12.977 -, e de feridos - 8.417. O número de óbitos chegou a 546. Para 2007 a expectativa não é muito animadora. Até o primeiro final de semana de setembro já haviam ocorrido 9.530 acidentes nos 2.304 quilômetros de rodovias federais no estado, resultando em 6.391 feridos e 390 mortes.

Não estão computados aí os óbitos registrados durante o feriado da Independência, todos em rodovias federais. Foram 12 mortes. No ranking nacional de acidentes do feriado prolongado, Santa Catarina ficou atrás apenas de Minas Gerais, com 22 mortes.

A explicação para a queda no número de mortes observada nos dados da PRF vem do epidemiolo-

gista Lúcio Botelho, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). "Com a chegada dos airbags, o número de mortes realmente caiu. Em contrapartida, o de paraplegias aumentou, já que é comum haver esmagamento dos membros inferiores", revela.

Parapan

Botelho usa um exemplo desportivo para comprovar a informação. "No Parapan, realizado recentemente no Rio de Janeiro, todos os componentes da equipe de Vôlei eram seqüelados de acidentes de trânsito." Outro dado tem a ver com a própria configuração da sociedade brasileira. Segundo o reitor, as mortes violentas e, entre estas, as resultantes do trânsito, contribuem para inverter a participação dos sexos na sociedade. Para cada 100 meninas, nascem 103 meninos. "Mas, por volta dos 20 anos, essa relação se inverte e o número de jovens do sexo masculino despenca."

O sexo masculino representa cerca de 80% das vítimas de trânsito em rodovias federais. De acordo com o Inspetor Adriano Fiamonci-

ni, do Núcleo de Comunicação da PRF, além de representar a maioria dos profissionais da estrada (camionheiros, motoristas de ônibus e representantes comerciais, além dos motoboys no ambiente urbano), os homens são mais afoitos e menos prudentes ao volante que as mulheres. "O veículo é visto, às vezes, como uma extensão de sua masculinidade e não como um meio de transporte", completa.

Motos

Fiamoncini está preocupado com o aumento da participação dos jovens no trânsito e, por consequência, nos acidentes. As motocicletas são as que mais aparecem nas estatísticas

A frota de motos aumentou tanto que, no ano passado, foi o tema da Semana Nacional do Trânsito. Em Santa Catarina, de acordo com o Detran, a frota de motocicletas e motonetas saltou de 150.898, em 1996, para 573.928, em 2006. Um incremento de 280%. Ao final do primeiro semestre deste ano o número de veículos deste tipo emplacados no estado passou a 605.774, um

aumento de 23,5%.

"Durante o período da campanha e alguns meses após, a resposta foi muito positiva por parte dos motociclistas e da mídia. Mas, infelizmente, passado um ano, a situação é pior do que antes. Para se ter uma idéia, durante todo o ano de 2006 morreram 98 motociclistas. Até o primeiro final de semana de setembro deste ano já contávamos 89 motociclistas mortos nas estradas federais do estado. E ainda faltam quatro meses para terminar 2007", constata. O inspetor explica que, como a frota de carros é maior, também é maior o número de acidentes envolvendo este tipo de veículo.

Ele aponta três causas óbvias para o grande número de desastres nas estradas federais: Falta de investimentos por parte do governo federal, relevo acidentado, principalmente no interior do estado, e presença maciça de motoristas de outros estados, especialmente nos meses de verão. "A situação fica mais grave porque o trânsito é desorganizado no Brasil e nossos motoristas são egoístas. A cultura de levar vantagem em tudo está enraizada em nossa cultura."

Existente um consenso de que a BR-101 é a rodovia mais violenta em território catarinense. O inspetor da PRF, Adriano Fiamoncini, informa que, apesar de representar apenas 20% da malha viária federal no estado, a estrada responde por quase 50% das ocorrências. Isso se deve ao fato de a BR-101 atravessar algumas das principais cidades, como Joinville, Itajaí, Balneário Camboriú, Florianópolis, Tubarão e Criciúma.

O deputado Manoel Mota (PMDB) tem especial preocupação com o trecho Sul da rodovia, que agora passa por obras de duplicação. "Aquilo virou um corredor mesmo. Um corredor da morte feito há 30 anos e que não comporta mais o tráfego que recebe. Diariamente passam por ali 25 mil,

30 mil veículos. São carretas, caminhões, carros e motos disputando espaço numa rodovia sinuosa e em péssimas condições", descreve. Ainda que se declare animado com a tão esperada duplicação, já em andamento, Mota acredita que antes de uma melhora efetiva haverá um agravamento da situação, por conta justamente das obras.

Em evento realizado na UFSC, alusivo à 1ª Semana das Nações Unidas para a Segurança no Trânsito, o ex-diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), José Roberto de Souza Dias, classificou a situação do trânsito no Brasil como uma "doença social" com várias causas: a irresponsabilidade dos condutores, dos engenheiros de rodovias, da indústria automobilística, da mídia e das autoridades

públicas. "Em Santa Catarina temos um exemplo dramático. A BR-101 deveria ser reconstruída e não apenas duplicada. Mantendo-se o traçado original, as curvas ficam mais acentuadas. Isso gera um aumento da velocidade, o que resulta em acidentes mais graves."

Convite

No trecho Norte, já duplicado, aumentou também o número de atropelamentos. E aí, mais uma vez aparece a irresponsabilidade de engenheiros e autoridades. Lúcio Botelho, que com a professora Dora Maria Orth vem conduzindo estudos sobre o tema, considera inadmissível a abertura de pequenas passagens na mureta que divide as duas pistas. "Isso ocorre aqui em

Florianópolis também, na SC-401. É um verdadeiro convite à travessia arriscada." O reitor da UFSC lamenta a transformação da BR-101 Norte numa travessia urbana de alta velocidade. "Os carros correm mais, o trecho a ser percorrido pelo pedestre é maior e isso explica o aumento do número de atropelamentos. Faltam aparelhos de humanização do trânsito, como passarelas, túneis e viadutos", reclama.

Para ele, uma forma eficiente para reduzir o problema é a recuperação do transporte de cabotagem (de porto a porto dentro do país) e das ferrovias. "O que vivemos hoje é parte da lógica perversa da indústria automobilística que vem determinando, há décadas, que o país deve andar sobre quatro rodas."

Redução de óbitos nas estradas estaduais

O capitão Marcelo Pontes, chefe de Operações da Polícia Militar Rodoviária (PMRV), comemora a redução no número de óbitos em acidentes nas estradas estaduais. Nos 3.653 quilômetros sob responsabilidade da PMRV, no período de janeiro a agosto de 2007, houve uma queda de 20,59% das mortes em relação a igual período de 2006. "Temos que comemorar. Afinal, 49 vidas foram poupadas no período, uma tendência que esperamos que se repita também nos meses que faltam para o fim do ano." Em 2006 foram computadas 346 mortes durante todo o ano nas rodovias estaduais e, em 2007, até o final de julho, 166 óbitos.

Pontes acredita que este recuo deve-se, em parte, ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela guarda. São atividades de educação para o trânsito e de fiscalização, sempre com vistas à conscientização.

A ação de educação mantida por meio Programa Cidadão do Trânsito, a PMRV soma medidas de policiamento preventivo, com a intensificação da fiscalização de velocidade, com o uso de radar, o que tem resultado na diminuição da gravidade dos acidentes e, por consequência, do número de mortos e feridos.

Mesmo assim, a situação ainda é muito grave. Um levantamento divulgado pela PMRV indica que, ao longo todo o ano de 1999, o número

de acidentes nas estradas estaduais foi de 5.051. Em contrapartida, somente no primeiro semestre deste ano já foram registrados 5.557. O ano de 2006 encerrou com 9.071 acidentes na área de atuação da PMRV, ou seja, um acréscimo de quase 80% sobre 1999. O ano de 2005 foi ainda mais trágico: 9.477 acidentes com 352 mortes.

E os jovens, infelizmente, de novo tiveram destaque. Em 2005, considerando todas as faixas etárias, envolveram-se 16.097 condutores. Entre estes, mais de 51% - 8.223 - tinham idades de 18 a 34 anos. No ano passado a relação não foi diferente. Dos 15.499 motoristas e pilotos, 7.898 tinham de 18 a 34 anos, praticamente o mesmo 51% do ano anterior. Até o final do primeiro semestre deste ano, dos 9.633 condutores, 4.805 eram jovens até 34 anos, índice de quase 50%.

Para o ex-diretor do Denatran, José Roberto de Souza Dias, as estatísticas sobre óbitos nas rodovias brasileiras podem estar mascaradas. É que se consideram apenas as mortes ocorridas no local ou no percurso até o hospital. Os pesquisadores da UFSC, Lúcio Botelho e Lílian Elizabeth Diesel, concordam. Eles estimam que o número poderia ser pelo menos 90% superior se fossem consideradas todas as mortes provocadas por acidentes de trânsito, no local, durante a internação hospitalar ou mesmo após a alta.



Carlos Kilian

Apesar da imprudência de alguns motoristas, SCs registram redução

Sociedade se ressentete mais quando vítimas são mulheres

Outro estudo realizado pelo reitor da UFSC, Lúcio Botelho, em conjunto com a médica Mariana Botelho, sua filha, tem como foco as mulheres em idade fértil. As pesquisas mostram que, em Santa Catarina, nos últimos 10 anos, 57,2% das mortes por causas externas de mulheres em idade fértil foram decorrentes de acidentes de trânsito. Ainda que também impressionem, os índices de homicídio e suicídio ficam bem atrás dos acidentes, sendo de 12,86% e 12,01%, respectivamente. A faixa etária mais exposta ao risco é a de 20 a 29 anos, com uma concentração de casos em torno dos 20 anos de idade. Portanto, mulheres jovens.

Um outro estudo indica que, no Brasil, de 1979 a 1999, os acidentes de trânsito foram responsáveis por 32% da mortalidade na população feminina. "Este mesmo estudo apresenta a região Sul do país como a de maior prevalência de mortalidade por acidentes de transporte, e Santa Catarina aparece com índice acima da média nacional. Isso se explica por estarmos em um estado altamente produtor, com vias de transporte

sem condições de absorver a mistura de trânsito de cargas e lazer", explica Botelho.

O reitor da UFSC explicou que o foco da pesquisa deve-se ao fato de que a morte da mulher causa um impacto muito mais profundo na estrutura familiar e social. "As mulheres atualmente desempenham múltiplos papéis na sociedade e na família. Cada vez mais são elas as grandes responsáveis pelo sustento financeiro dos lares. E ela ainda cumpre os papéis tradicionais de mãe, esposa, companheira, é o forte pilar emocional e educacional da família. Quando um homem morre, a mulher é capaz de superar. Quando a mulher morre, desestrutura-se a família."

A pesquisa mostra que o problema agrava-se nas férias de verão e que as mulheres morrem no trânsito, em sua maioria, de forma passiva. "Normalmente ela é atropelada ou estava na carona", observa Lúcio. E completa: "A tendência observada é a de uma catástrofe. Embora tenha havido diversas tentativas para redução de desastres, vivemos uma espécie de endemia de mortes por causas externas em nosso estado."

Mudança com educação

O Detran/SC aposta na educação para reverter a violência no trânsito. Para isso, vem investindo na formação de professores multiplicadores em educação para o trânsito, obedecendo o artigo 76 do Código Nacional de Trânsito. O programa começou em 2005 e já atinge cerca de 500 mil crianças.

Jacinto Antonio Pereira é psicólogo do Detran/SC e explica que o trabalho tem a parceria das polícias rodoviárias estadual e federal, do Serviço Nacional de Transporte e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat) e das prefeituras.

Os estudantes recebem ensinamentos de educação e segurança no trânsito. Somente nos meses de março, abril e maio de 2007, 190 escolas públicas de Palhoça, Itajaí, Joinville, São Bento do Sul, Lages e São Lourenço do Oeste foram atendidas pela equipe do Detran/SC, envolvendo 285 professores. "O projeto tem como objetivo proporcionar às secretarias municipais de Educação equipes de profissionais comprometidos com a segurança no trânsito e

capacitados a desenvolver ações no âmbito de suas comunidades", explica o psicólogo. O treinamento é desenvolvido através de encontro técnico intensivo, com carga horária de 20 horas. O Detran fornece material preparatório para os professores e cartilhas educativas aos estudantes.

O que já viu em seus muitos contatos nas escolas de Santa Catarina deixou Pereira otimista. "É claro que ainda há muito a ser feito. Mas hoje, por exemplo, as pessoas se indignam mais com comportamentos inadequados no trânsito. Estou nesta área há 21 anos e posso afirmar que a sociedade está no caminho da conscientização."

Ele usa informações simples para demonstrar que a situação poderia estar muito pior não fosse esse pequeno nível de consciência já conquistado: "O índice de crescimento da população e da frota é muito maior que o de acidentes. O natural seria que, com mais carros e mais pessoas transitando pelas ruas e rodovias, houvesse também mais acidentes."

COMISSÕES

CCJ analisa projeto do papel reciclado

A proposta do deputado Narcizo Parisotto (PTB), de tornar obrigatório o uso de papel reciclado por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, foi debatida, dia 11, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB). O relator da matéria, deputado Marcos Vieira (PSDB), disse que a iniciativa, apesar de ser importante não somente para o estado, mas também para o país, possui vício de origem, pois trata de organização da administração pública, sendo que caberia ao Executivo propor matéria neste sentido.

Mesmo sugerindo o arquivamento da proposta, Marcos Vieira informou que a Secretaria de Administração, em resposta à diligência, comentou estar estudando a reformulação da lista básica de materiais e não vê problema na inclusão do papel reciclável. Observou o parlamentar tucano que a Administração não aceitará os percentuais propostos de 10% no primeiro ano; 30% no segundo ano e 50% a partir do terceiro ano da aprovação da lei.

A matéria foi também defendida pelos deputados Professor

Sérgio Grando (PPS) e Pedro Uczai (PT), que pediram vista. Grando sugeriu que, para contornar vício de origem, o projeto se torne autorizativo. Uczai lembrou que 2008 será o ano do consumo responsável e que propostas como estas, de cunho meritório nas áreas social, econômica e ambiental, são fundamentais que venham à discussão.

Caça e Tiro

A CCJ aprovou ainda a data de 22 de março como Dia Estadual dos Clubes de Caça e Tiro, matéria proposta pelo deputado Rogério Mendonça-Peninha (PMDB); o projeto que dispõe sobre a introdução de espécies frutíferas nativas no âmbito de reflorestamentos com espécies exóticas para beneficiar a avifauna, de autoria do deputado Jailson Lima (PT); o que institui 3 de março como Dia Estadual da Imigração Polonesa, por iniciativa do deputado Antônio Aguiar (PMDB), e o projeto da deputada Odete de Jesus (PRB), que torna autorizativo ao Executivo instituir o programa SOS Vovô, para atender denúncias de maus-tratos e violência contra os idosos a partir de 60 anos.



Deputados que integram CCJ encaminham diligências no trânsito

Parecer sobre CPI da Casan será divulgado no dia 18

A CCJ encaminhou para diligenciamento, junto ao Conselho Estadual de Trânsito, os projetos de Lei do Professor Sérgio Grando, que define percentual de 10% da arrecadação das multas de trânsito a ser destinado aos hospitais filantrópicos, e o do Sargento Amauri Soares (PDT), que padroniza em 50 km/h o limite de velocidade nos redutores eletrônicos nas rodovias estaduais.

O deputado Joares Ponticelli (PP) cobrou da comissão resposta ao pedido do deputado Renato Hinnig (PMDB) para que a comissão emita parecer sobre delimitação de foco das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito da Casan.

Titon informou que a matéria foi distribuída para o relator Marcos Vieira, que deverá apresentar manifestação no dia 18.



Secretários Paulo Bauer (D) e Sérgio Alves (C) participam de reunião das Comissões de Finanças e Trabalho

Secretários garantem regularização das bolsas de estudo

Alves e Bauer se comprometem a normalizar repasse até final do ano

Convidados das Comissões de Finanças e Tributação e de Educação para prestar esclarecimentos sobre os recursos do artigo 170 da Constituição Estadual referente às bolsas de estudos para alunos economicamente carentes, os secretários estaduais Paulo Bauer (Educação) e Sérgio Alves (Fazenda) se comprometeram a regularizar o repasse dos recursos. Eles compareceram dia 12 à reunião conjunta das comissões.

Segundo Alves, o governo está empenhado em colocar os repasses em dia até o final do ano. Bauer justificou que o atraso não é descuido do governo, mas decorre do cumprimento de uma obrigação constitucional para com o ensino fundamental. "O artigo 170 destina

5% do total expedido em educação para bolsa de estudos e isso está equivocado. Estamos redigindo uma proposta para mudanças na Constituição para adequar o 170 às regras constitucionais vigentes, melhorando o perfil de definição e regulamentação da matéria."

Ele defendeu a implantação de diferentes escalas na destinação das bolsas de estudos, mudando os atuais percentuais de 50% e 100% para outros percentuais, como 30% para determinados alunos que não necessitam dos percentuais vigentes.

O secretário de Educação lembrou que até 1998 o governo repassava os recursos de acordo com o orçamento do Estado, sempre referentes ao ano anterior. A partir de

1999, o Parlamento transformou os recursos para as instituições em verbas para bolsas de estudos. "Foram critérios bem definidos para quem merecia a bolsa. Ela é uma ajuda de custo, mas não podemos comprometer ações para a educação. A prioridade tem que ser o ensino fundamental", ressaltou Bauer.

Sobre a regulamentação do artigo 171 da Constituição Estadual, que foi amplamente debatida em audiência pública no dia 10, Bauer reiterou a proposta do governo de destinar 20% dos recursos para bolsas de pesquisa e extensão, 20% para pós-graduação, mestrado e doutorado, 30% para bolsas de estudos para alunos carentes e 30% para a formação de novos professores.

Educação cede espaço para discutir os problemas da UFSC

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto aprovou, dia 12, ofício encaminhado pelo Centro Acadêmico Livre de Ciências Sociais, em nome dos estudantes em mobilização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), solicitando tempo na próxima reunião da comissão. O encontro terá a participação do reitor da instituição, Lúcio Botelho, para discutir pauta de reivindicações estudantis.

"Entendo que o debate é necessário e democrático", afirmou o deputado Professor Sérgio Grando (PPS), sugerindo que os professores também participem.

Na oportunidade, o presidente da comissão, Darci de Matos (DEM) leu ofício do presidente da Casa, Julio Garcia (DEM), pedindo a indicação de um membro da Comissão de Educação para compor a Comissão Permanente Parlamentar Sub-

Regional de Educação e Cultura do Parlamento do Mercosul (Parlasul). "Criamos muitos fóruns desnecessários, mas este vai ter uma discussão importante para tratar dos assuntos do nosso Sul", declarou Manoel Mota (PMDB). O nome será definido até a próxima reunião, segundo o presidente da comissão. Também participaram do encontro os deputados Silvío Dreveck (PP) e Serafim Venzon (PSDB).

COMISSÕES

Audiência Pública vai cobrar investigação sobre ameaças a vereadores em Camboriú

Município registra desde 2005 atos de violência e perseguição política, com agressões e disparos de armas de fogo

Fotos: Jonas Lemos Campos



Deputados da Comissão de Segurança estão preocupados com a situação

Cobrar das autoridades de Segurança Pública investigação e solução dos atos de violência e de perseguição política contra vereadores de oposição e um presidente de partido na cidade de Camboriú é a proposta do deputado Edson Piriquito (PMDB) para a realização de uma audiência pública, no âmbito da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Dirceu Dresch (PT). De acordo com o parlamentar, desde 2005 já ocorreram 10 atentados contra os parlamentares daquela cidade, envolvendo disparos de armas de fogo e agressões físicas.

O último aconteceu no dia 7 de setembro, quando foram disparados tiros contra o escritório do vereador Claudinei Loos (sem partido). Conforme informou Piriquito, o maior número de atentados foi contra Loos, mas já foram vítimas de ameaças e agressões

os vereadores Lucien Aguiar (PT), Silvano Garcia (PR) e Imenésio de Souza (PDT).

Em comum acordo com os demais parlamentares, Dirceu Dresch definiu a convocação do chefe da Polícia Civil, Maurício Eskudlark, e os delegados regional e do município. O objetivo é saber porque os boletins de ocorrência e os inquéritos abertos sobre as agressões contra os vereadores não tiveram andamento. "Tiros contra residências, invasões de suas casas, familiares ameaçados e agressões físicas e verbais têm sido freqüentes, desde 2005. Tudo foi registrado em boletins de ocorrência na delegacia do município. Porém, ninguém foi detido. As agressões tiveram início quando os vereadores instalaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o superfaturamento de obras pela prefeitura municipal, administra-

da por Edson Olegário (PSDB)", comenta Dresch.

PRONASCI

Por solicitação de seu presidente, a Comissão realiza, no dia 24, audiência pública para discutir o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Está confirmada a participação do chefe de gabinete do Ministro da Justiça e Secretário Executivo do Pronasci, Ronaldo Teixeira.

Dresch explica que na primeira etapa serão atendidas prioritariamente as 11 regiões mais violentas do país. Santa Catarina ficou de fora desta primeira parte, pois os números da violência no estado estão abaixo de outras regiões. "Isso não significa que o estado ficará fora do Pronasci. Haverá políticas compensatórias para as regiões que não foram abrangidas", garantiu.

Turismo referenda luta contra efeito estufa

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente aprovou o Projeto de Lei n.º 67/07, de autoria do deputado Professor Sérgio Grando (PPS), que dispõe sobre a obrigatoriedade da compensação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) pelos promotores de eventos realizados em praças e parques públicos. A proposta se aplica a shows, práticas desportivas, concertos, exposições e eventos do gênero, envolvendo circulação de pessoas, possibilitando a neutralização da emissão de dióxido de carbono (CO₂).

De acordo com o autor da matéria, o estado e os municípios precisam se engajar com rapidez na definição de políticas públicas que contribuam para a diminuição do aquecimento global. "Estudos científicos mostram que uma das formas mais eficazes de controlar a emissão de gases do efeito estufa é o plantio de árvores, já que elas absorvem o gás carbônico."

O deputado José Natal Pereira (PSDB) concordou com a aprovação da proposição e acrescentou que a espécie da árvore a ser plantada tem que ser bem estudada. "Temos que aprimorar o projeto que com certeza é louvável. Mas devemos prestar atenção em que tipo de

árvore iremos plantar. Sou favorável ao plantio de árvores frutíferas."

Audiências

Presidida pelo deputado Décio Góes (PT), a Comissão de Turismo também aprovou a realização de duas audiências públicas. A primeira, que acontecerá em conjunto com a Comissão de Agricultura na próxima segunda-feira (17), em Chapecó, tratará da aplicação da Legislação Ambiental nas Pequenas Propriedades, consoante às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável. No evento, também será discutida a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que fala sobre os campos de altitude. O pedido foi feito pelo deputado Elizeu Mattos (PMDB).

A outra reunião, solicitada pelo deputado Darci de Matos (DEM) e sem data marcada, será para discutir rota turística para a Serra Dona Francisca, em São Bento do Sul. "A nossa principal intenção é discutir a rota e estabelecer um plano diretor municipal", completou Darci. Também estavam presentes os deputados Edson Piriquito (PMDB) e Renato Hinnig (PMDB).

Instituto Paternidade Responsável será apresentado como exemplo em SC

Por requerimento do deputado Elizeu Mattos (PMDB), a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), deverá realizar audiência pública para divulgar o trabalho do Instituto Paternidade Responsável. Criado em 2003, a entidade desenvolve atividades de conscientização para garantir o reconhecimento integral da paternidade de crianças, não pela imposição da Justiça, mas pelo

afeto. O idealizador do projeto é o juiz Sílvio Dagoberto Orsatto.

Uma equipe multidisciplinar é responsável por orientar as famílias e encaminhar os processos de reconhecimento da paternidade. Formada por voluntários e alunos dos cursos de Serviço Social, Psicologia, Direito e Biologia, a equipe faz acompanhamento psicossocial e, se preciso, concede orientação jurídica e realiza até exames de DNA. Além disso, o Instituto pro-

move o registro de nascimento (ainda que tardio), emissão da segunda via da certidão de nascimento e retificação do registro de nascimento. Também é o único laboratório público mantido pelo Estado a realizar exames DNA gratuitamente. "Através desta parceria conseguimos diminuir a fila de espera para a realização dos exames, que normalmente era de quatro anos, para menos de um ano", diz Elizeu Mattos.



Comissão de Direitos Humanos vai realizar audiência pública para divulgar projeto de magistrado catarinense

PLENÁRIO

Aprovados

Doadores de sangue têm direito à meia-entrada em eventos culturais

Medida beneficia pessoas registradas nos hemocentros e bancos de sangue e quer estimular solidariedade



Jonas Lemos Campos

Com sinal verde ao projeto, deputados ajudam a fortalecer luta para ampliar estoques dos hemocentros

O Plenário aprovou, dia 12, o Projeto de Lei nº 32/07, de autoria da deputada Ada De Luca (PMDB), que institui para os doadores de sangue de Santa Catarina meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer realizados em locais públicos. A matéria passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e também pela Comissão de Trabalho e Serviço Público e beneficia os doadores registrados nos hemocentros e bancos de sangue do estado, identificados por documento oficial expedido pela entidade.

O objetivo é estimular a doação de sangue, já que a matéria-prima é escassa e muitas vezes falta nos hospitais e nas casas de saúde catarinenses.

Em relação ao Projeto de

Lei nº 160/07, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), que dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa pela expedição de diplomas universitários por instituições de ensino superior de caráter privado, situadas no estado, a comissão acatou o parecer do relator, deputado João Henrique Blasi (PMDB), para que a matéria seja reencaminhada à CCJ e tenha nova deliberação.

Conforme Blasi, o projeto recebeu emenda modificativa enquanto estava tramitando na Comissão de Trabalho, impondo a gratuidade dos diplomas a todas as instituições de ensino superior em Santa Catarina e não somente as de caráter privado, de acordo com o projeto original.

Murais de Martinho de Haro são declarados patrimônio cultural

Aprovada emenda substitutiva global, do deputado Jorginho Mello (PSDB), ao Projeto de Lei nº 159/07, de autoria do deputado Professor Sérgio Grandó (PPS), que declara patrimônio cultural do Estado os murais de autoria de Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial do município de Lages e no hall do antigo Palácio das Indústrias, em Florianópolis.

A emenda diz que o tombamento dos bens culturais de importância estadual deverão ser promovidos pela Fundação Catarinense de Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura, após homologação pelo governador, quando se tratar de bens imóveis, ou pelo titular da pasta responsável pelos negócios da cultura, quando se referir a bens móveis.

Inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais do estado

A deputada Ana Paula Lima (PT) é autora do Projeto de Lei nº 20/07, aprovado dia 12, que estabelece a inclusão da carne de peixe na merenda escolar das unidades educacionais de Santa Catarina. O Conselho Estadual de Alimentação Escolar adotará as medidas necessárias para o atendimento ao disposto nesta Lei. Emenda aditiva do deputado Jandir Bellini (PP) determina que

a carne utilizada seja, exclusivamente, oriunda de pescados industrializados.

Na justificativa, a parlamentar informa que Santa Catarina teve crescimento de 62% na produção total de pescados entre 1995 a 2004 e é o segundo maior produtor do país, ficando atrás do Pará. No entanto, o consumo de peixe no estado ainda é dos mais baixos do Brasil. A média nacional é de 8

quilos per capita/ano. Em Santa Catarina, não passa de 4 quilos per capita/ano.

Ana Paula afirma que a lei incentiva a geração de emprego, estimulando a produção familiar no sistema de água doce nas áreas distantes do litoral, e traz benefícios para a infância, pois os peixes são ricos em proteína, fontes de vitaminas (A, D e B) e minerais (como o cálcio, fósforo e iodo).

Presídio

Preocupado com o sistema prisional de Santa Catarina o deputado Joares Ponticelli (PP) registrou com indignação a fuga de oito detentos do Presídio de Tubarão. Segundo ele, o presídio não oferece segurança à cidade.

O parlamentar ainda afirmou que no ano passado uma emenda foi feita ao Orçamento Regionalizado para garantir a construção do novo prédio do presídio. "Até agora nada de concreto aconteceu."

O deputado Manoel Mota (PMDB) disse que uma penitenciária está sendo construída entre os municípios de Araranguá e Criciúma. "O que foi prometido está sendo cumprido."

Agroeste

A aquisição da empresa catarinense Agroeste, detentora de 10% do mercado nacional de sementes de milho, pela multinacional Monsanto foi o tema abordado pelo deputado Dirceu Dresch (PT). De acordo com o parlamentar, a Monsanto domina 83% do mercado de sementes no Brasil, sendo que sua produção é baseada em organismos geneticamente modificados, o que, na sua avaliação, é prejudicial à agricultura familiar produzida por pequenos agricultores. Para ele, trata-se de uma negociação altamente prejudicial para Santa Catarina, tendo em vista que os efeitos dos transgênicos no organismo humano não são conhecidos ainda.

Frencoop em SC

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) elaborou um termo de adesão à Frente Parlamentar Catarinense em Defesa do Cooperativismo (Frencoop/SC) e apresentou em Plenário o conteúdo do documento, solicitando a participação de todos os demais deputados. "Santa Catarina tem 263 cooperativas, nos mais diversos segmentos econômicos, com 716 mil famílias cooperativadas, tornando-se um importante setor", destacou.

Segundo ele, já funciona no Congresso Nacional a Frente Parlamentar do Cooperativismo, com mais de 225 parlamentares federais e 25 senadores e outras Assembleias já implantaram a Frencoop.

Universidades

A defesa pela interiorização das universidades públicas gratuitas e de qualidade voltou a ser feita pelo líder do PT, deputado Padre Pedro Baldissera. Ele mencionou a necessidade da efetivação das instituições públicas em todas as regiões de todos os estados do país. Conforme seu discurso, 40 mil estudantes concluem o ensino médio todos os anos, mas menos de 10% deles têm acesso ao ensino superior. "É preciso mudar o modelo de universidade no nosso país. Estamos realizando debates estratégicos pelo interior do estado na tentativa de avançar na qualidade e na oportunidade do acesso", frisou.

Consumidor

Os 11 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) foram mencionados pelo deputado José Natal Pereira (PSDB). Para ele, o CDC trouxe a grande parte da população uma proteção. O código entrou em vigor no dia 11 de setembro de 1996, depois de ser concluído por uma comissão, subordinada ao Ministério da Justiça. É uma lei abrangente que trata das relações de consumo em todas as esferas: civil, definindo as responsabilidades e os mecanismos para a reparação de danos causados; administrativa, definindo os mecanismos para o poder público atuar nas relações de consumo; e penal, estabelecendo novos tipos de crimes e punições.

GERAL

Parlamento Catarinense repudia a absolvição de Renan Calheiros

A absolvição do senador Renan Calheiros (PMDB/AL) no dia 12, no Senado Federal, em processo por quebra de decoro parlamentar, dominou os pronunciamentos na sessão ordinária, dia 13, no Legislativo catarinense. A crítica ao resultado foi unânime e veio de forma contundente também do PMDB.

Na sessão secreta do Senado, Renan foi absolvido no processo que o acusava de quebrar o decoro parlamentar por receber recursos da empreiteira Mendes Júnior para pagar despesas pessoais, como pensão e aluguel à



Calheiros, presidente do Senado

jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

Renan é alvo de outros

processos por quebra de decoro parlamentar. Dois já foram abertos pelo Conselho de Ética e o PSOL pediu a instalação de um terceiro para a Mesa Diretora do Senado.

O primeiro apura a denúncia de que ele teria beneficiado a empresa Schincariol junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e grilado terras em Alagoas junto com seu irmão, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL).

O segundo processo pede a investigação da denúncia de que Renan teria usado laranjas para comprar rádios e um jornal em Alagoas.

O que disseram os deputados

O deputado Dirceu Dresch (PT) classificou os acontecimentos envolvendo Calheiros como "um fato não isolado da política nacional". Para o petista, muitos políticos promovem uma moral e uma ética que não possuem e têm por hábito não assumir responsabilidades, se escondendo atrás do voto secreto. Por isso, voltou a defender a reforma política séria. Em aparte ao correligionário, o petista Décio Góes fez coro à proposta de reforma. Também comunga da idéia de uma

reforma política, o deputado Serafim Venzon (PSDB).

Membro da bancada do PMDB na Casa, o deputado Renato Hinnig não poupou críticas a Calheiros e ao PT. Hinnig recebeu apoio dos colegas peemedebistas Rogério Peninha Mendonça e Elizeu Mattos. Mattos lembrou que por muito menos um presidente já foi cassado e foi taxativo: "Não é porque é um correligionário que vamos compactuar e me espanta que o governo federal tenha ações tão efetivas para

salvar Calheiros. Ele deve saber algo importante para agregar tantos aliados".

Para o deputado Joares Ponticelli (PP), "o resultado da votação atinge todos os parlamentos". Ponticelli elogiou a bancada do PMDB que repudiou a decisão.

O deputado Professor Grand (PPS) leu nota oficial do seu partido, que considera a absolvição do senador uma decisão reveladora da clara submissão do Senado aos interesses do governo federal.

Parlasul se reúne para definir ações

A direção do Parlamento do Sul (Parlasul), técnicos e deputados dos quatro estados que integram a entidade – Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul – reuniram-se, dia 13, na Assembléia Legislativa, para tratar das ações de trabalho. Na pauta, um dos assuntos prioritários foi a instalação no Mato Grosso do Sul de uma agência do Banco Regional de Desenvolvi-

mento do Extremo Sul (BRDE).

O Parlasul trabalha para se fortalecer como uma entidade de apoio aos governos estaduais. Uma das ações está confirmada para o dia 3 de outubro, quando será realizado um encontro em Palmas, capital de Tocantins, com a participação da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa). Representantes da Bolsa vão explicar no Parlasul o que são, e

como são, o mercado de ações e os fundos de investimento. Nos dias 8 e 9 de novembro, a reunião será realizada em Curitiba.

O presidente do Parlasul, deputado Maurício Picarelli (PTB/MS), ressaltou a integração dos estados do Sul com o Mercosul. Ele lembrou que Santa Catarina tem se destacado com a participação entre os jovens parlamentares, tendo como representante o deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que esteve na reunião da Unale, em Brasília, debatendo o Pró-jovem.

Participaram da reunião o vice-governador do Paraná, Orlando Pessuti (PMDB), como convidado de honra e um dos fundadores do Parlasul; o presidente da Unale, Alexandre Postal (PMDB/RS), o deputado Silvio Dreveck (PP), representando o Legislativo; o presidente do BRDE, Casildo Maldaner, além de deputados gaúchos, paranaenses e matogrossenses.



Reunião do Parlasul na Assembléia: integração dos estados com Mercosul

[GABINETES]

CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE

Foi confirmada pelo deputado Pedro Uczai (PT) a realização da 1ª Conferência Estadual de Juventude, logo após as conferências municipais que iniciam no dia 22 de setembro. A comissão estadual será composta por representantes do governo do estado, governo federal, Assembléia Legislativa, Frente Parlamentar da Juventude e integrantes do Conselho Nacional de Juventude. A comissão também deveria contar com um representante do Conselho Estadual de Juventude, cuja criação foi vetada pelo governo do estado em 2006.

A Conferência Estadual deverá reunir jovens de todas as regiões do estado que participam das conferências nos municípios. Em abril do próximo ano, 40 jovens delegados que serão indicados no encontro estadual e mais os delegados indicados pelas organizações de juventude nos municípios, participam da Conferência Nacional, em Brasília. (Vagner Dalbosco, assessor do deputado Pedro Uczai)

CARTEIRA PARA PESCADORES

O deputado Clésio Salvaro (PSDB) participou de audiência com o representante do Ministério da Pesca, César Cerutti, defendendo a regularização da situação dos pescadores que tiveram a carteira cancelada ante a exigência de contribuição social por parte dos pescadores profissionais. Cerutti reconheceu a importância da questão, esclarecendo que está sendo discutida no âmbito de Ministério em Brasília.

O deputado sugeriu a criação da carteira de pescador amador, sem a necessidade de contribuição mensal (exigida do pescador profissional), com validade de um ano, para os pescadores que já são aposentados especiais e trabalham na pesca. Foi pré-agendada reunião no Sul do Estado (Criciúma ou Içara), para o dia 15 de outubro, visando a solução da questão, com a presença dos pescadores, sindicato e lideranças do setor. (Assessoria do deputado Clésio Salvaro)

PEQUENAS USINAS EM SC

Presidente da Comissão de Economia da Assembléia, o deputado Silvio Dreveck (PP) encaminhou pedido de formação de um Fórum Parlamentar para acompanhar a situação envolvendo as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) de Santa Catarina construídas pelo setor privado. Pelo menos 21 dessas unidades já estão em fase de operacionalização, mas ainda não receberam a liberação, porque o Estado não regulamentou o direito de outorga dos recursos hídricos, ou seja, o reconhecimento oficial de sua existência. Há ainda outras 60 em construção e outros 168 projetos em fase de solicitação, também aguardando uma solução por parte do Executivo. O governo, por sua vez, diz que a culpa pelo impasse é do Conselho Estadual do Meio Ambiente, que ainda não autorizou o funcionamento oficial daquelas unidades. (Jandyr Côte Real, assessor da bancada do PP)

FUNDO DE BENEFÍCIO

A criação de um fundo de incentivo a pessoas com necessidades especiais é a sugestão do deputado Edson Piriquito (PMDB), que foi encaminhada ao Executivo a partir de indicação aprovada em plenário esta semana. O parlamentar pretende que o fundo promova projetos sociais direcionados aos mais de 700 mil catarinenses que, conforme o senso de 2000 do IBGE, são portadores de algum tipo de deficiência. Piriquito conclamou a adesão dos demais deputados à proposta que, segundo ele, não poderá, de forma alguma, prejudicar os recursos já destinados às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) através do Fundo Social.

"O que foi garantido por lei aos excepcionais merece todo nosso apoio, mas há muito mais pessoas com deficiência, motivo pelo qual sugiro a criação do fundo de incentivo a políticas específicas, até como incentivo à socialização dessas pessoas", diz Piriquito. (Evory Pedro Schmitt, assessor do deputado Edson Piriquito)



19h na Assembléia

**O BRASIL
EM DEBATE
NA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA**

**TALENTO E CRIATIVIDADE
NA VISÃO GLOBAL DE
HANS DONNER**

26 de setembro
Auditório Antonieta de Barros

Vagas limitadas

Inscrições a partir de 18 de setembro somente
no site www.alesc.sc.gov.br

Transmissão ao vivo pela TVAL (exceto para Florianópolis)
e pela Rádio ALESC Digital - www.alesc.sc.gov.br

APOIO:



REALIZAÇÃO:

ASSEMBLÉIA
Cada dia mais presente na sua vida



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA